



JARDIM CONSIDERA QUE O «AMBIENTE DE HOSTILIDADE» EM RELAÇÃO ÀS AUTONOMIAS «INVADIU» O PARTIDO

PSD nacional «pouco diz» ao PSD-Madeira

Alberto João Jardim sublinhou que se o Estado, «por um capricho», recusar conceder mais autonomia à Região, «nós teremos de pensar em outras alternativas, em nome da honestidade intelectual».

O presidente do Governo Regional esteve ontem presente nas comemorações do 20.º aniversário da SRS Advogados, onde falou no âmbito do debate sobre os dilemas e desafios do futuro da Madeira, que a empresa promoveu no Hotel Quinta do Lorde, no Caniçal.

Assim, após o debate onde intervieram Paulo Pereira de Gouveia, juiz desembargador do Tribunal Central Administrativo do Sul, Sérgio Marques, ex-deputado no Parlamento Europeu, Luís Miguel Sousa, administrador do Grupo Sousa, e Cristina Pedra, presidente da ACIF, Jardim agradeceu a Pedro Rebelo de Sousa, sócio fundador da SRS Advogados, e a toda a sua equipa, o trabalho realizada na Região pela empresa, «que muito ajudou a RAM».

Comentando a situação actual no País, o chefe do Executivo regional começou por realçar que a Região está inserida «numa estratégia nacional imposta pelo exterior, que não subscrevemos».

Referindo entender que «era preciso acautelar a questão do défice» e «pôr um controlo nas dívidas públicas dos países», Jardim salientou, todavia, que tal «está a ser feito de uma maneira errada».

«Estamos a dar prioridade ao défice em vez de dar prioridade ao desemprego», sublinhou, considerando que assim «está-se a reduzir a



O presidente do Governo Regional salientou que «sem mais autonomia» a Região «não vai a parte alguma».

«O Governo da Madeira não concorda com a estratégia que está a ser seguida e entende que a consolidação das finanças públicas passa por uma estratégia expansionista».

procura, «a reduzir as receitas e a aumentar as despesas do Estado».

Assim, realçou que o «Governo da Madeira não concorda com a estratégia que está a ser seguida e entende que a consolidação das finanças públicas passa por uma estratégia expansionista», que «implica que Portugal, de uma vez por todas, deixe de estar muito politicamente correcto ante as grandes potências».

O presidente do Governo Re-

gional salientou, por outro lado, que «sem mais autonomia» a Região «não vai a parte alguma», referindo que com a «autonomia que tinha, a Região aproveitou até à exaustão os meios que estavam disponibilizados» ou que «ia buscar à banca».

Deste modo, acentuou que face ao que se passou com a Zona Franca da Madeira «ou temos uma autonomia fiscal completa ou temos uma autonomia financeira,

que vá ao ponto de haver uma regulamentação própria da banca no território autónomo, ou temos mais poder legislativo nas mais diversas áreas, ou então não vamos a parte alguma».

Alberto João Jardim sublinhou que se o Estado, «por um capricho» recusar conceder mais autonomia à Região, «nós teremos de pensar em outras alternativas, em nome da honestidade intelectual».

Neste âmbito, considerou que o «ambiente de hostilidade» em relação às regiões autónomas «passou a invadir o próprio PSD».

Depois de salientar que quando o partido a nível nacional seguia a herança de Francisco Sá Carneiro, «aí tínhamos sempre uma solidariedade a 100%», Jardim acentuou: «Hoje, o partido a nível nacional pouco diz ao partido aqui na Madeira, e estamos, se calhar, no mesmo partido apenas e só porque a Constituição proíbe partidos regionais».

Assim, salientou que a partir do momento em que a nova classe política no seio do PSD nacional foi tendo «poder de decisão, foi-se tornando menor a aceitação das nossas posições, sobretudo quando geravam à volta da autonomia».

«Isto desmotiva nós fazermos propostas directas à Assembleia da República», referiu ainda a este propósito.

Em relação ao Plano de Ajustamento Económico e Financeiro da RAM, Jardim salientou que o mesmo depende da «troika» e que «é necessário para se consolidar as finanças regionais» e «também para se ter segurança para o futuro».

O presidente do Governo Regional terminou a sua intervenção referindo que para a «Madeira ir para a frente foi necessário fazer dívida pública», questionando os presentes sobre se, no seu lugar, «não desenvolveriam a Madeira só para para não ter dívida pública».

Augusto Soares

Mais autonomia fiscal e menos Estado

No debate ontem promovido pela SRS Advogados sobre os dilemas e desafios do futuro da Madeira, um dos intervenientes, o juiz desembargador do Tribunal Central Administrativo Sul, Paulo Pereira de Gouveia, destacou a importância do país ter «uma boa organização, uma boa liderança e um bom planeamento» para que haja «uma sociedade bem sucedida».

Depois de referir que a justiça portuguesa «é muito boa» quando comparada com outros sistemas de justiça europeus, referiu que o problema «tem a ver com a produtividade em geral» do mesmo, atribuído a culpa disso à Assembleia da República.

Sobre a questão fiscal, Paulo Pereira de Gouveia defende uma «maior autonomia tributária» para a Madeira enquanto a UE «o permitir». A «legislação fiscal feita no Funchal seria muito importante», referiu, para ultrapassar a ultraperiferi-



cidade da RAM.

Por seu lado, Sérgio Marques, ex-deputado no Parlamento Europeu, destacou a importância de restaurar o «binómio autonomia política - integração europeia», responsável pela «dinâmica de desenvolvimento» na RAM nas

«últimas décadas».

Após referir que o modelo que a RAM seguiu nos últimos 35 anos «é um modelo que está esgotado», Sérgio Marques considera que este «modelo precisa de ser restaurado e assentar em novas bases», defendendo que a relação com a República deve «ser mais numa lógica de parceria».

«É preciso uma parceria estratégica entre a RAM e a República», acentuou, destacando a necessidade de garantir maior «competitividade fiscal» à Região que «está sob risco».

Nas suas intervenções, Luís Miguel Sousa referiu que a Região «tem claramente excesso de Estado» e um «problema de sustentabilidade das contas públicas», enquanto Cristina Pedra defendeu que a Região e o País devem utilizar as vantagens da Zona Franca e do CINM para captar investimento e promover a internacionalização das empresas. □